



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0000645-98.2018.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo do Juizado Especial Cível do Foro do Norte da Ilha da comarca da Capital

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 19/2018-CGJ

Período da correição: 2-7-2018 a 31-8-2018

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Sônia Eunice Odwazny

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessor Jurídico: Caroline Matos

Assessor Técnico: Renato Vizentin



## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 107/2018 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Capital - Norte da Ilha

Unidade: Juizado Especial Cível e Criminal da Universidade Federal de Santa Catarina

Municípios integrantes: Florianópolis

Juiz titular: Vania Petermann (em afastamento autorizado); Juíza Ana Luísa Schmidt Ramos (respondendo)

Chefe de cartório: Vera Lucia Lorenzet Rech

Última correição por equipe da CGJ/SC: Correição Virtual de 27-4-2015 a 26-6-2015, nº: 0000476-19.2015.8.24.0600.

Competência: RES. n. 18/2017-TJ: [...] "Art. 2º O Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade, da comarca da Capital, criado pela Lei Complementar estadual n. 181, de 21 de setembro de 1999, passa a denominar-se Juizado Especial Cível e Criminal da Universidade Federal de Santa Catarina. Parágrafo único. As competências do juizado, definidas no art. 4º da Resolução TJ n. 4 de 6 de abril de 2011, permanecem inalteradas."

RES. n. 4/2011-TJ: [...] "Art. 4º Compete privativamente ao Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade: I - processar e julgar: a) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995), cujo autor seja domiciliado no território dos Distritos da Barra da Lagoa e Lagoa da Conceição, ou dos bairros Trindade, João Paulo, Pantanal, Córrego Grande, Santa Mônica e Itacorubi, pertencentes ao Distrito Sede do município de Florianópolis; b) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995), cometidas na área territorial dos Distritos da Barra da Lagoa e Lagoa da Conceição, e dos bairros Trindade, João Paulo, Pantanal, Córrego Grande, Santa Mônica e Itacorubi, pertencentes ao Distrito Sede do município de Florianópolis; c) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979) e os relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979), aforados pelo estágio do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, excluídas as demandas contra a Fazenda do Estado e do Município, ações que envolvem acidentes de trabalho e registros públicos, causas relacionadas à infância e juventude, inventários, partilhas e usucapião. II - homologar os acordos celebrados pelo Posto de Atendimento e Conciliação - PAC - instalado nas dependências do Terminal Urbano do Distrito da Lagoa da Conceição por meio do Convênio n. 133/2009. Parágrafo único. As competências do juizado, definidas no art. 4º da Resolução TJ n. 4 de 6 de abril de 2011, permanecem inalteradas."

Não há resolução que tenha incluído a unidade em Divisão de Tramitação Remota - DTR.

Entrância: especial



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.527	3.682
1.1.2 Processos em andamento	3.066	3.131
1.1.3 Procedimentos em andamento	461	551

#### Observações

- a) Primeira verificação:
- a.1) informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: Junho de 2018 (fl. 22).
- a.2) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 2.321 referem-se a processos do juizado especial cível e 467 referem-se a processos do juizado especial criminal.
- b) Segunda verificação:
- b.1) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: Outubro de 2018 (fl. 163).
- b.2) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 2.195 referem-se a processos do juizado especial cível e 619 referem-se a processos do juizado especial criminal.

### 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.527	3.681
1.2.2 Processos em andamento	3.066	3.130
1.2.3 Procedimentos em andamento	461	551

#### Observações

- a) Primeira verificação: informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara): Mês de referência: Junho de 2018 (fl. 22).
- b) Segunda verificação: informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara): Mês de referência: Outubro de 2018 (fl. 163).

### 1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Gabinete

#### Processos conclusos

Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.3.1 Quantidade total de processos com o juiz	1.117	834
1.3.1.1 Quantidade total de processos físicos com o juiz	-	0
1.3.1.2 Quantidade total de processos eletrônicos com o juiz	1.117	834

#### Observações

- a) Primeira verificação: mês de referência Junho de 2018.
- b) Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2018.

#### Audiências



Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.2 Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	54	2

**Observações**

- a) Padrão de conformidade (item 1.3.2): o relatório não deve trazer registro.
- b) Primeira verificação em 25/06/2018 (fls. 23-24).
- c) Segunda verificação em 03/10/2018 (fl. 164).

Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.3.3 Quantidade de audiências designadas	491	419

**Observações**

- a) Primeira verificação: data da audiência mais longínqua: 06/12/2018 (fls. 25-35).
- b) Segunda verificação: data da audiência mais longínqua: 25/02/2019 (fls. 165-173).

## 1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média Mensal
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2016	7.180	598,33
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2017	4.706	392,17
1.4.3 Janeiro a setembro de 2018	4.312	479,11

**Observações**

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

## 1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Segunda Verificação
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias CEJUSC - Processual - Processo	1.085
1.5.1.1 Ag. Designar Audiência	-
1.5.1.2 Cartório - Ag. Audiência Cível - Genérico - Processo	-
1.5.1.3 Cartório - Ag. Análise	-
1.5.1.4 Cartório - Ag. Prazo	1
1.5.1.5 Gabinete - Concluso - Sentença	0
1.5.1.6 Lista Pública	0
1.5.1.7 Sistema - Ag. Digitalização	0
1.5.1.8 Gabinete - Concluso - Decisão Família - Processo	1
1.5.1.9 Cartório - Ag. Prazo	0
1.5.1.10 Cartório - Análise do Trânsito em Julgado	3
1.5.1.11 Gabinete - Concluso - Despacho Juizado Especial Cível - Processo	10
1.5.1.12 Ag. Encerramento do Ato	0



1.5.1.13	Cartório - Ag. Análise	0
1.5.1.14	Cartório - Ag. Audiência	27
1.5.1.15	Cartório - Ag. Prazo	0
1.5.1.16	Cartório - Análise do Trânsito em Julgado	5
1.5.1.17	Cartório - Escrivão	0
1.5.1.18	Gabinete - Concluso - Sentença	494
1.5.1.19	Gabinete - Concluso 1	0
1.5.1.20	Gabinete - Concluso 10	0
1.5.1.21	Gabinete - Concluso 2	2
1.5.1.22	Gabinete - Concluso 3	1
1.5.1.23	Gabinete - Concluso 4	0
1.5.1.24	Gabinete - Concluso 5	5
1.5.1.25	Gabinete - Concluso 6	0
1.5.1.26	Gabinete - Concluso 7	0
1.5.1.27	Gabinete - Concluso 8	2
1.5.1.28	Gabinete - Concluso 9	1
1.5.1.29	Lista Pública	498
1.5.1.30	Sistema - Com Classe Alterada	1
1.5.1.31	1ª Hasta Pública	0
	Juizado Especial Criminal - Processo	
1.5.1.32	Cartório - Ag. Análise	0
1.5.1.33	Cartório - Ag. Audiência	1
1.5.1.34	Cartório - Ag. Prazo	8
1.5.1.35	Cartório - Ag. Representação	0
1.5.1.36	Cartório - Análise do Trânsito em Julgado	0
1.5.1.37	Cartório - Recebido do Juiz - Despacho	1
1.5.1.38	Cartório - Remetidos à Delegacia de Polícia	21
1.5.1.39	Lista Pública	1
	Penas Pecuniárias - Processo	
1.5.1.40	Cartório - Processo Angariador	1
1.5.1.41	Processo Angariador	0
	Serasa - Processo	
1.5.1.42	Cartório - Análise do Trânsito em Julgado	1

#### Observações

a) Algumas filas do fluxo de trabalho foram analisadas, constatando-se o que segue:

a.1) Verificação 1 realizada em: 27-6-2018.

a.2) Verificação 2 realizada em: 3-10-2018.

b) FILAS DE PROCESSO

b.1) CUMPRIR URGENTE:

Verificação 1: existem 4 processos na fila. O mais antigo data de 25-6-2018.

Verificação 2: existem 7 processos na fila. O mais antigo data de 19-9-2018.

c) FILA PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA

c.1) AG. ANÁLISE - JUNTADA AUTOMÁTICA:

Verificação 1: existem 126 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 29-11-2017, no subfluxo CEJUSC - Processual. Nos demais subfluxos a data mais antiga é de 20-6-2018.

Verificação 2: existem 134 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 19-9-2018.



c.2) AG. ANÁLISE - PETIÇÕES DIVERSAS:

Verificação 1: existem 40 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 18-6-2018.

Verificação 2: existem 26 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 11-11-2011. Há mais duas petições com data de 2011, todas no subfluxo - Processo Físico - Petição intermediária. As demais são todas do ano de 2018, sendo a mais antiga de 18-9-2018.

## 1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

### MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	209	174
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	5,93%	4,73%

#### Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- Primeira verificação: dados obtidos em 25/06/2018 (fls. 36-46).
- Segunda verificação: dados obtidos em 03/10/2018 (fls. 174-183).

1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação ( Data da movimentação mais antiga: 02/09/2011 )		
-------	---	--	--

Processos físicos e eletrônicos em gabinete

		Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.2.1	Ano da última movimentação	-	-

#### Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- Primeira verificação: dados obtidos em 25/06/2018.
- Segunda verificação: dados obtidos em 03/10/2018.
- Item 1.6.2.1: não apresentou registros em ambas verificações.

Processos físicos e eletrônicos em cartório

		Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.2.2	Ano da última movimentação		
1.6.2.2.1	2011	2	1
1.6.2.2.2	2012	1	1
1.6.2.2.3	2013	1	1
1.6.2.2.4	2014	2	2
1.6.2.2.5	2015	3	0
1.6.2.2.6	2016	10	1
1.6.2.2.7	2017	5	2
1.6.2.2.8	Total	24	8

fls. 212



### Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- c) Primeira verificação: dados obtidos em 25/06/2018 (fls. 47-53).
- d) Segunda verificação: dados obtidos em 03/10/2018 (fls. 184-189).

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	17	0
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	36	0
1.6.6	Meta 2 – Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2017: no 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014	47	47
1.6.7	Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão	0	0
1.6.8	Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas – Julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau	-	-

### Observações

- a) Itens 1.6.3, 1.6.4 e 1.6.8: não se aplicam em face da competência da unidade.
  - a.1) Item 1.6.3: Foram localizados 17 registros de processos com a classe "Guarda", que devem ser revisados pelo cartório, nos termos da Circular n. 147/CGJ e da Cartilha de Orientação para extração e ajustes dos relatórios correicionais.
  - b) Padrão de conformidade (item 1.6.5): o relatório não deve trazer registro.
  - c) Primeira verificação em 25/06/2018 (fls. 54-57).
    - c.1) Item 1.6.3 - data da distribuição mais antiga: 06/09/2013.
    - c.2) Itens 1.6.6 e 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2017, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.
  - d) Segunda verificação em 03/10/2018 (fls. 56-57).
    - d.1) Itens 1.6.6 e 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2017 extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

## PENDÊNCIAS





1.6.9	Pendências em aberto ( período : 01/01/1900 a 31/05/2018 )	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico (registro mais antigo: 01/07/2012)	96	13
	Petição Intermediária (registro mais antigo: 17/06/2011)	995	51
	Mandados (registro mais antigo: 25/06/2018)	0	0
	AR (registro mais antigo: 25/06/2018)	0	0

#### Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
- b) Primeira verificação em 25/06/2018. (fls. 58-74)
- b.1) Ressalta-se que do total de 995 pendências de petições intermediárias, 214 referem-se efetivamente a petições pendentes de juntada. As demais pendências referem-se a cadastro de advogado e análise de juntada automática, que são geradas automaticamente pelo sistema.
- c) Segunda verificação em 03/10/2018. (fls. 190-192)

## AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	0
1.6.11	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	0
1.6.12	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	0
1.6.13	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	0
1.6.14	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	23	24

#### Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- b) Primeira verificação em 25/06/2018 (fl. 75).
- c) Segunda verificação em 03/10/2018 (fl. 193).

## MANDADOS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.15	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	4	10

#### Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- b) Primeira verificação em 25/06/2018. (fl. 76)
- b.1) Mandado mais antigo: 07/02/2018.
- c) Segunda verificação em 03/10/2018. (fl. 194)



c.1) Mandado mais antigo: 22/06/2018.

## PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

Indicador	Valor		Segunda Verificação	
	Primeira Verificação		Total	+100d
	Total	+100d	Total	+100d
<b>1.6.16 Outros setores</b>				
1.6.16.1 Cartório - Ministério Público	75	2	25	2
1.6.16.2 Cartório - Serviço Social	16	2	14	6
1.6.16.3 Contadoria - Cálculos e Atualizações	0	0	0	0
1.6.16.4 Contadoria - Custas Finais	1	0	0	0
1.6.16.5 Distribuição	2	0	8	0
1.6.16.6 Petição Inicial - Ag. Digitalização	1	0	0	0

### Observações

- a) Primeira verificação em Junho de 2018 (fl. 77).
- b) Segunda verificação em Outubro de 2018 (fl. 195).

## PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

### 1.6.17 Quantidade total de processos em carga

Indicador	Valor		Segunda verificação	
	Primeira verificação		Total	+100d
Local	Total	+100d	Total	+100d
		0		0

Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ

### Observações

Unidade 100% digital.

### 1.6.18 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador	Valor		Segunda verificação	
	Primeira verificação		Total	+30d
	Total	+30d	Total	+30d
Atendimento				
1.6.18.1 Cartório - Recebido do Advogado	0	0	0	0
1.6.18.2 Cartório - Recebido do Contador	0	0	0	0
1.6.18.3 Cartório - Recebido do Juiz	0	0	0	0
1.6.18.4 Cartório - Recebido do Promotor	0	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.18.5 Cartório - Ag. confecção de relação	0	0	0	0
1.6.18.6 Cartório - Aguardando	0	0	0	0
1.6.18.7 Cartório - Aguardando AR	0	0	0	0
1.6.18.8 Cartório - Aguardando carta precatória	0	0	0	0
1.6.18.9 Cartório - Aguardando mandado	0	0	0	0



1.6.18.10	Cartório - Aguardando publicação relação	0	0	1	1
1.6.18.11	Cartório - Arquivar	0	0	0	0
1.6.18.12	Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0
1.6.18.13	Cartório - Escaninho do Advogado	0	0	0	0
1.6.18.14	Cartório - Escaninho do Juiz	0	0	0	0
1.6.18.15	Cartório - Escaninho do Promotor	0	0	0	0
1.6.18.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.18.17	Cartório - Mesa do Escrivão	0	0	0	0
1.6.18.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	0	0	0	0
1.6.18.19	Cartório - Mesa 01 a 10	0	0	0	0
1.6.18.20	Cartório - Prazo 1 a 31 Expedição/cumprimento	0	0	0	0
1.6.18.21	Cartório - Cumprir despacho	0	0	0	0
1.6.18.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.18.23	Cartório - Expedir alvará	0	0	0	0
1.6.18.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.18.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.18.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.18.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.18.28	Cartório - Expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.18.29	Cartório - Aguardando Juntada	0	0	0	0
1.6.18.30	Cartório - Aguardando petição	0	0	0	0
1.6.18.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0

#### Observações

Unidade 100% digital.

## 1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador

Primeira  
verificação

Segunda  
verificação



1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	914	365
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	65	41
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	56	54
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	1
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	1	0

#### Observações

- a) Padrão de conformidade:  
a.1) Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.  
a.2) Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.  
b) Primeira verificação em 25/06/2018 (fls. 78-81).  
c) Segunda verificação em 03/10/2018 (fls. 196-199).

1.7.8	Réu Preso Provisório	0	0
	Réu Preso Definitivo	0	0
	Total	0	0

#### Observações

- a) Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.  
b) Primeira verificação em 25/06/2018.  
c) Segunda verificação em 03/10/2018.

1.7.9	[REDACTED]		
	[REDACTED]		
	[REDACTED]		
	[REDACTED]		

1.7.10	[REDACTED]		
	[REDACTED]		
	[REDACTED]		
	[REDACTED]		

1.7.11	[REDACTED]		
	[REDACTED]		



**Observações**

- a) Primeira verificação em 25/06/2018 (fls. 82-124).
- b) Segunda verificação em 03/10/2018 (fls. 200-204).

## 1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1 Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	2	4

**Observações**

a) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

b) O relatório de bens do SNBA (pesquisar bens) e do SAJ (██████████) apresentam o registro de bens cadastrados. Entretanto, no SNBA, o "registro" equivale ao número de categorias de bens cadastradas (aeronaves, alimentos, etc) nos processos. Por sua vez, no SAJ, o "registro" representa o número de categorias de bens cadastradas (██████████, imóveis, etc) e ao número de descrições inseridas em cada categoria. Desse modo, os registros apontados pelos sistemas não serão equivalentes. Isso não exime, contudo, a necessidade de cadastro e de atualização dos sistemas, cabendo a unidade conferir a regularidade.

- c) Primeira verificação em 25/06/2018 (fl. 125).
- d) Segunda verificação em 03/10/2018 (fl. 205).

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.2 Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	-	-

**Observações**

- a) Item 1.8.2: não se aplica em face da competência da unidade.

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.3 Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-

**Observações**

- a) Item 1.8.3: não se aplica em face da competência da unidade.

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
-----------	----------------------	---------------------



1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	-	-
-------	---	---	---

**Observações**

- a) Primeira verificação em 25/06/2018.
- a.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- a.2) Unidades com competência Criminal: em consulta ao SAJ (período 1-1-2015 a 22-6-2018) verificou-se que não existem processos passíveis de registro no CNCIAI do CNJ.

## 1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos ( relatório de visita às entidades de acolhimento )	-	-

**Observações**

- a) Item 1.9.1: não se aplica em face da competência da unidade.



## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido prazo a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 16 de outubro de 2018.

Catia Lucila Ricordi Crestani  
Assessora Técnica Correicional - Mat. 6.508

Renato Vizentin  
Assessor Técnico - Mat. 14.424